



Observatório da Oposição

14 de julho · Relatório Semanal Nº 13



PETROS

**CORRUPÇÃO E
PREJUÍZOS
BILIONÁRIOS:**
A MANIPULAÇÃO DAS
ESTATAIS E FUNDOS
DE PENSÃO PELO PT
ESTÃO DE VOLTA

EV AIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

Liderança da Oposição no Senado Federal
Anexo II, Ala Filinto Müller, Gabinete 6 - Tel.: (61) 3303 1221

ÍNDICE

1

Corrupção e Prejuízos Bilionários: A manipulação das Estatais e Fundos de Pensão pelo PT podem voltar.....pág. 2

Repetindo os erros do passado, PT rescucita na Previ, Petros, Funcef e Postalís, os mesmos personagens responsáveis por escândalos e má gestão de bilhões

2

Subsídios bilionários, resultados pífios: o improvisado incentivo a compra de carros bancado com aumento brutal de impostos sobre o diesel.....pág. 11

Governo do PT usa R\$1,5 bilhão num programa que teve resultado pífio em vendas só para justificar e mascarar brutal aumento de impostos sobre o diesel, que só em 2024 retirará R\$19,8bi do bolso dos brasileiros

3

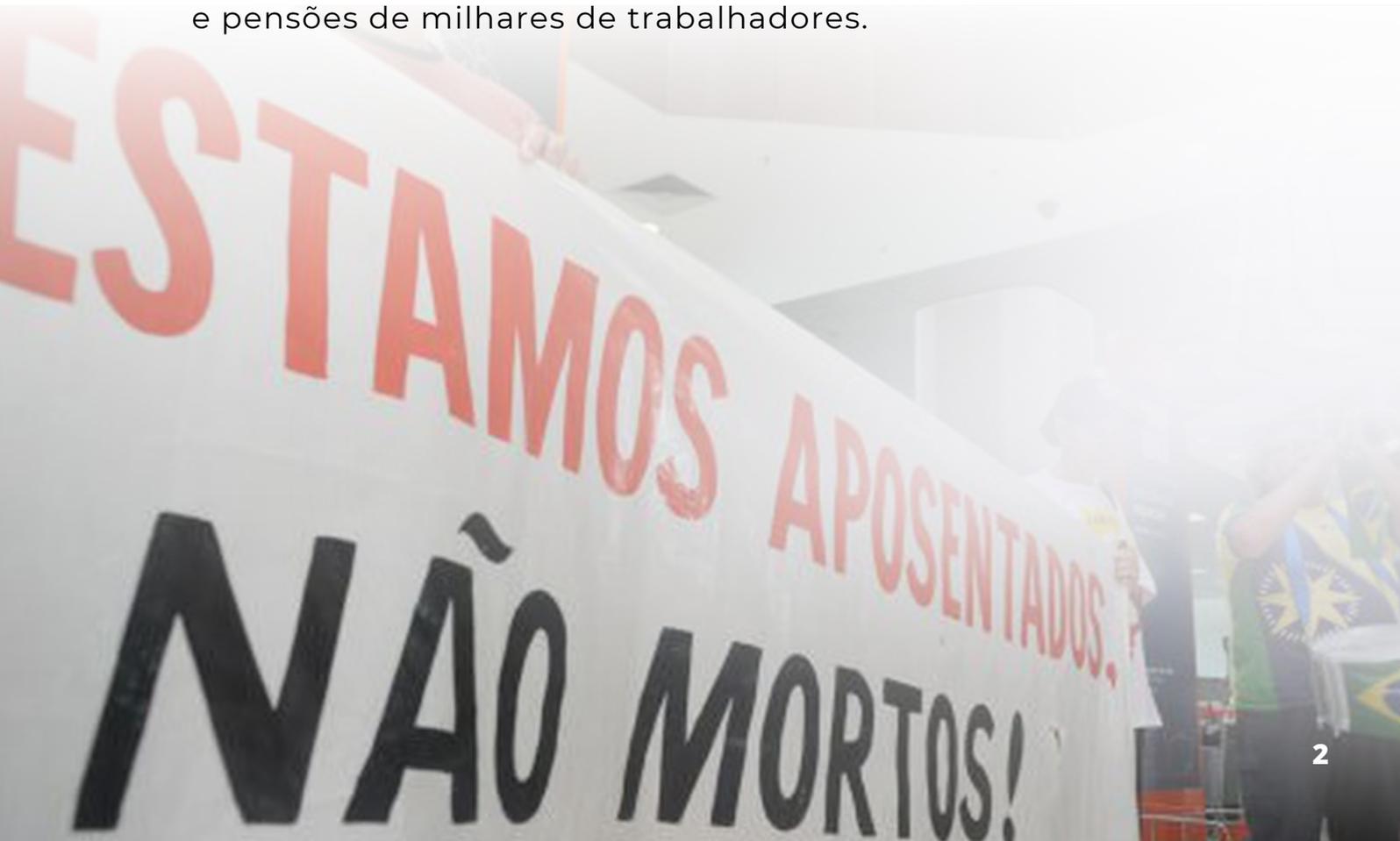
MST e CONAB: uma combinação perigosa.....pág. 19

Lula indica membro do MST à presidência da Conab, em desrespeito e afronta ao estatuto, e ameaça a estabilidade agrária

1 CORRUPÇÃO E PREJUÍZOS BILIONÁRIOS: A MANIPULAÇÃO DAS ESTATAIS E FUNDOS DE PENSÃO PELO PT ESTÃO DE VOLTA

Síntese:

- O Governo Lula tem designado líderes políticos com vínculos sindicais para ocupar posições estratégicas nos principais fundos de pensão do país.
- Durante governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT), os fundos de pensão enfrentaram perdas bilionárias devido à gestão temerária ou fraudulenta.
- A recente movimentação acende um alerta para a reincidência de problemas que impactaram negativamente a aposentadoria e pensões de milhares de trabalhadores.





Contextualização

- Em 2016, a [Operação Greenfield](#) foi deflagrada pela Polícia Federal com o intuito de revelar um esquema de fraudes e superfaturamento que envolvia os principais fundos de pensão do país.
- Segundo informações apresentadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, estima-se que essas atividades ilícitas possam ter ocasionado prejuízos de aproximadamente [R\\$ 53 bilhões](#).
- As diretorias da Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa) e Postalís (Correios) foram investigadas por suspeitas relacionadas a investimentos ilícitos, os quais supostamente foram realizados em troca de pagamentos de propinas direcionados a gestores e políticos.
- Conforme dados das investigações, verificou-se que as aquisições de cotas em fundos de investimento em participações suspeitas foram precedidas por avaliações econômico-financeiras consideradas tecnicamente irregulares.
- Essas práticas tinham como finalidade superestimar o valor dos ativos da empresa avaliada, resultando em uma ampliação artificial do montante total que o fundo de pensão precisaria desembolsar para adquirir uma participação acionária indireta.
- É válido destacar que o modus operandi identificado nesse contexto guarda semelhanças com o superfaturamento de obras públicas. Nesse tipo de operação, o valor de uma obra é inflacionado com o intuito de justificar um pagamento maior por parte da entidade pública responsável.

Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros)

- A Petros, entidade responsável pela administração dos planos de aposentadoria dos funcionários da Petrobras, detém ativos que totalizam [aproximadamente R\\$ 122 bilhões](#), sendo o segundo maior fundo do Brasil.
- O economista Henrique Jäger, [filiado ao PT](#), foi oficialmente indicado como presidente da Petros, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, com o [apoio de sindicalistas](#). Caso a indicação seja confirmada, será o segundo mandato do executivo, que anteriormente ocupou o cargo por pouco mais de 12 meses, entre os anos de 2015 e 2016. A nomeação de Jäger está sujeita à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- No entanto, surgiram questionamentos por parte de representantes dos funcionários ativos e aposentados da estatal em relação à indicação, uma vez que, conforme estabelecido no estatuto da entidade, a empresa patrocinadora não deveria exercer qualquer forma de influência no processo de seleção do dirigente.
- Conforme os [mecanismos de governança](#) previamente estabelecidos, o processo de seleção conduzido pela empresa Fesa envolveu a entrevista de mais de 50 candidatos, dos quais quatro foram indicados para análise de uma comissão interna da Petros. Por sua vez, essa comissão tinha como responsabilidade elaborar uma lista tríplice de candidatos, a qual seria submetida ao processo de seleção final conduzido pelo Conselho Deliberativo.

- No entanto, de acordo com apurações realizadas pelo jornal [Valor Econômico](#), houve uma articulação por parte da Petrobras para incluir Henrique Jäger no processo de seleção, mesmo este não estando presente na lista provida pela empresa de recrutamento.
- Lembramos que Henrique Jäger foi ouvido pela [CPI dos Fundos de Pensão](#) e na ocasião defendeu os investimentos da entidade na empresa Sete Brasil. A empresa recebeu recursos do FGTS, BNDES e fundos de pensão para construir navios-sonda que visavam a exploração do pré-sal.
- Todavia, os resultados financeiros da Sete Brasil demonstraram inadimplência bilionária, envolvimento em escândalos de corrupção em licitações e até mesmo acusações de desvio de recursos para financiar campanhas eleitorais. Atualmente, a empresa está em recuperação judicial.

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ)

- A Previ, entidade responsável pela administração dos planos de aposentadoria dos funcionários do Banco do Brasil, detém ativos que totalizam [aproximadamente R\\$ 267 bilhões](#), sendo considerado o maior fundo da América Latina.
- De forma inesperada, ocorreu a indicação de João Fukunaga, um funcionário sem experiência prévia na gestão de fundos de pensão.



- Segundo manifestação da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, [publicizada pela CNN](#), o indicado à presidência da Previ possui um histórico profissional que abrange um período de apenas 11 anos e três meses como funcionário do Banco do Brasil. Nesse período, 10 anos e 11 meses foram dedicados exclusivamente ao Sindicato dos Bancários, com período como secretário do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Anteriormente, o indicado trabalhava como professor de ensino médio.
- É relevante salientar que o [artigo 55 do Estatuto da Previ](#) determina como requisito para ocupação de cargos na diretoria da entidade a comprovação de experiência em áreas como finanças, administração, contabilidade, direito, fiscalização, atuária ou auditoria.
- Ademais, a nomeação também afronta [as regras da Superintendência Nacional de Previdência Complementar \(PREVIC\)](#), que prevêem requisitos mínimos para habilitação de dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar. Dentre esses destaca-se a experiência mínima de três anos no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria. Tema também estabelecido pela Lei Complementar n. 108 de 2021 e Lei Complementar n. 109 de 2021.
- No dia 24 de março de 2023, João Fukunaga assumiu o cargo na entidade. Entretanto, no dia 25 de maio do mesmo ano, ele foi afastado de suas funções devido a uma [ação popular que alegou o descumprimento dos requisitos mínimos](#) necessários para a ocupação do cargo de dirigente de uma entidade dessa natureza.
- Conforme relatos da imprensa, a indicação partiu da presidente do banco, mas teria sido influenciada por membros do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região,

como [João Vaccari Neto](#), ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente da entidade, e [José Sasseron](#), vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial do BB e ex-diretor do sindicato.

Fundação dos Economiários Federais (Funcef)

- A Funcef, entidade responsável pela administração dos planos de aposentadoria dos funcionários da Caixa Econômica, detém ativos que totalizam [aproximadamente R\\$ 106 bilhões](#), sendo o terceiro maior fundo do Brasil.
- Ricardo Pontes foi indicado para assumir a diretoria da Funcef. Pontes possui uma [relação de longa data](#) com o senador e ex-governador do Piauí, Wellington Dias, tendo ocupado diversos cargos mediante sua indicação, incluindo o cargo de presidente da Piauíprev e a [participação no grupo de transição](#) do governo federal em 2022.
- Lembramos que o [último presidente da Funcef ligado ao senador](#) Wellington Dias foi Carlos Alberto Caser. Caser esteve entre os investigados pela Operação Greenfield, com [prisão temporária determinada pela justiça](#). O esquema denunciado



pelo Ministério Público estava baseado na superavaliação de ativos, ocultação de riscos das operações, desrespeito aos critérios para aprovação de investimentos e desvio de recursos.

- Caser também foi ouvido pela CPI dos Fundos de Pensão e [defendeu reiteradas vezes o investimento](#) realizado pela Funcef na empresa Sete Brasil por meio do FIP Sondas, que ocasionou perdas na ordem de R\$ 1,38 bilhões para o fundo. No total, a gestão da FUNCEF deixou um [rombo de R\\$ 20 bilhões nas contas da entidade](#).
- No ano de 2017, foi implementado um [plano de equacionamento](#) com o propósito de reverter os déficits financeiros acumulados nos anos de 2014, 2015 e 2016.
- Para alcançar esse objetivo, os participantes foram obrigados a efetuar contribuições anuais adicionais, as quais poderiam atingir até 19% do valor total do benefício. Essa contribuição extra se estenderá por um prazo total de 17 anos.
- O prejuízo afeta um grupo relevante composto por 60,3 mil trabalhadores, tanto ativos quanto aposentados.

Postalís

- O Postalís está entre os maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e em número de participantes ativos, [aproximadamente de 11 bilhões](#).
- A direção dos Correios indicou Camilo Fernandes dos Santos para presidir o Postalís nos próximos anos. O novo presidente é ligado ao PT e diretor honorário no Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, sendo o segundo presidente de fundo de pensão indicado pela entidade no ano de 2023.



- O Sindicato dos Bancários de São Paulo é reconhecido por ser historicamente um ambiente associado à origem e liderança do Partido dos Trabalhadores (PT). Diversos membros importantes do partido, como os ex-ministros Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini, bem como o ex-tesoureiro João Vaccari Neto, estiveram associados ao sindicato.
- A nomeação de Camilo Fernandes suscita questionamentos sobre a autonomia e independência do Postalís, uma vez que sua indicação para o cargo foi realizada pelos Correios, instituição atualmente presidida pelo advogado [Fabiano Silva dos Santos](#), que também possui vínculos com o PT.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

- A Previc, entidade vinculada ao Ministério da Previdência Social, desempenha o papel de órgão responsável pela fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.
- Em junho de 2023, o Governo Lula nomeou Alcinei Cardoso Rodrigues para o cargo de diretor de Normas na Previc, apesar de sua condição de réu em uma ação penal, na qual é [acusado de suposta gestão temerária de recursos da Petros](#), o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras.

- Em janeiro de 2019, Alcinei Rodrigues e outras seis pessoas foram denunciados pelos procuradores da Operação Greenfield.
- Além disso, Alcinei Rodrigues responde a [procedimento investigativo](#) na própria Previc, que busca apurar suspeitas de irregularidades na Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal. Destaca-se que Rodrigues ingressou no fundo de pensão da Caixa Econômica Federal após sua saída da Petros em 2011.
- Nesse contexto, verificamos que há nitidamente um conflito de interesses, tendo em vista que o diretor recém-nomeado responde a processos graves relacionados à previdência complementar na Justiça Federal e na própria Previc.

EV AIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



2 SUBSÍDIOS BILIONÁRIOS, RESULTADOS PÍFIOS: O IMPROVISADO INCENTIVO A COMPRA DE CARROS BANCADO COM AUMENTO BRUTAL DE IMPOSTOS SOBRE O DIESEL

Síntese:

- Programa bilionário do governo é lançado para patrocinar vendas de veículos sustentáveis, mas lista de carros subsidiados prioriza combustíveis fósseis.
- Resultados favoráveis em junho apenas na categoria de automóveis, com perdas nas categorias de veículos comerciais leves, caminhões e ônibus.
- O programa beneficia um grupo restrito, os compradores de veículos com desconto, enquanto externaliza os custos para toda a sociedade.
- Potencial impacto inflacionário em toda a cadeia produtiva devido ao seu financiamento por meio da reversão da desoneração do diesel.
- Subterfúgio para o aumento da arrecadação do governo em R\$ 19,8 bi, em 2024, sem enfrentar desgaste político.





Contextualização

- A Medida Provisória 1.175/23 se propõe a implementar um mecanismo de desconto nos preços de veículos automotores, com o patrocínio do governo, com o intuito de facilitar a aquisição de veículos mais sustentáveis tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.
- O programa destinou um total de R\$ 1,5 bilhão em créditos tributários, sendo R\$ 500 milhões voltados para estímulo à troca de automóveis, R\$ 700 milhões destinados a caminhões e R\$ 300 milhões direcionados a ônibus e vans.
- Como forma de viabilizar a redução nos preços dos veículos, a MPV estabelece que as montadoras receberão créditos tributários do governo, os quais serão utilizados para oferecer descontos patrocinados aos compradores.
- Para compensar a perda de arrecadação, o governo reverteu parcialmente a desoneração sobre o diesel que estava em vigor até o final do ano. Dos R\$ 0,35 referentes ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que estão atualmente zerados, R\$ 0,11 serão novamente tributados a partir de setembro, após o prazo de noventa estabelecido pela Constituição, que determina um período de 90 dias para o aumento de contribuições federais.

- O programa em análise é de natureza temporária e terá uma vigência de cento e vinte dias. Durante os primeiros 15 dias, a partir da data de publicação da Medida Provisória, apenas as pessoas físicas terão permissão para adquirir veículos com desconto. No entanto, se houver uma demanda considerável, esse prazo poderá ser prorrogado por até 60 dias. Após esse período adicional é que as pessoas jurídicas serão habilitadas a aproveitar os descontos oferecidos para a compra de veículos.
- De acordo com [dados divulgados pela Fenabrave](#), em 2023, tivemos o pior mês de maio na venda de automóveis novos desde 2016, desconsiderando o mês de maio de 2020, que teve um resultado influenciado pela pandemia de COVID-19. A tabela 1 consolida os dados de emplacamentos de automóveis do mês de maio nos últimos anos.

Tabela 1 - Emplacamentos de automóveis no mês de maio - comparativo com anos anteriores:

Maio								
Variável	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vendas - Autos	137.448	163.294	164.426	198.779	44.139*	142.673	139.472	127.482

[Fonte: Fenabrave.](#)

- No mesmo comunicado, o presidente da Fenabrave informou que os membros da associação constataram uma queda nas vendas em decorrência do comportamento mais cauteloso dos consumidores, que aguardavam o desdobramento do projeto anunciado pelo Governo.
- [Em junho de 2023](#), na vigência do programa, os resultados foram díspares: positivos apenas no segmento de automóveis e quedas no segmento de veículos comerciais leves, caminhões e ônibus. Nos automóveis foram 142.017 emplacamentos, alta de

11,41% em relação a maio. Os veículos comerciais leves tiveram um resultado de 37.674 emplacamentos, queda de 3,09% em relação a maio. Caminhões tiveram 7.722 emplacamentos e ônibus tiveram 2.115, queda de -2,17% e -5,45%, respectivamente.

Análise

- Primeiro, é evidente que o programa apresenta um desvio de finalidade, uma vez que a [lista de modelos](#) homologados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços revela que há um patrocínio a veículos que utilizam combustíveis fósseis. Isso vai de encontro à proposta original de estimular a aquisição de veículos sustentáveis.
- É inegável que as tecnologias automotivas têm evoluído para aprimorar a eficiência no consumo de combustíveis. No entanto, ao observar a lista de veículos patrocinados pelo programa, fica evidente que os objetivos de incentivar a aquisição de veículos sustentáveis e estimular inovações na indústria automobilística não foram alcançados de forma satisfatória.
- Segundo, não obstante o patrocínio bilionário, o programa obteve um resultado favorável apenas no segmento de automóveis, com quedas de vendas nos demais segmentos.
- Ao comparar os resultados do programa com os obtidos nos meses de junho de anos anteriores, é possível constatar que os resultados obtidos foram apenas modestos, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Emplacamentos no mês de junho - comparativo com anos anteriores.

Categoria	jun/19	jun/20	jun/21	jun/22	jun/23
Automóveis	181.291	102.400	133.318	133.587	142.017
Comerciais Leves	32.147	20.372	36.271	31.883	37.674
Caminhões	7.804	8.762	11.102	10.862	7.722
Ônibus	1.971	1.299	1.765	1.731	2.115

Fonte: Fenabrave.

- Terceiro, é importante ressaltar que o programa em questão pode ter um impacto inflacionário abrangente em toda a cadeia produtiva. Isso se deve ao fato de que foi financiado por meio da reversão da desoneração do diesel (art. 19 da MP 1175/23), que é o combustível utilizado no principal modal de transporte de cargas do país. Portanto, trata-se de um programa que beneficia um grupo restrito, ou seja, os compradores de veículos, enquanto externaliza os custos para toda a sociedade.
- Quarto, o governo apresentou no fim de junho uma nova [Medida Provisória 1178/23](#), que destina mais R\$ 300 milhões para a compra de veículos com desconto patrocinado pelo Governo, alterando a [Medida Provisória 1175/23](#).
- A expansão do programa foi divulgada devido ao esgotamento dos R\$ 500 milhões alocados para a aquisição de veículos. Conforme declarado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a demanda de pessoas físicas superou as expectativas projetadas.
- Com a nova Medida Provisória, o orçamento destinado ao programa de aquisição de veículos a preços reduzidos aumenta de R\$ 500 milhões para R\$ 800 milhões. No entanto, diferentemente da primeira fase, o benefício poderá beneficiar vendas diretas de imediato, atendendo os interesses das locadoras de veículos e demais empresas frotistas (art. 1º da MP 1178/23).

- Quinto, é possível observar dificuldades substanciais no setor automotivo em relação aos preços dos veículos e, conseqüentemente, às vendas. Uma análise detalhada revela que essa situação pode ser atribuída à inflação dos materiais essenciais utilizados na produção de veículos, tais como aço, resinas e alumínio, os quais são diretamente empregados nesse processo.
- Nos últimos dois anos, alguns desses componentes apresentaram [aumentos de até 120%](#), valores que acabam por serem repassados aos consumidores finais. Como resultado, o preço final dos veículos se torna menos acessível, dificultando as vendas.
- Outro fator que contribui para essa conjuntura é o [custo dos semicondutores](#), essenciais para o funcionamento dos sistemas embarcados presentes nos veículos modernos. Durante a pandemia da Covid-19, houve uma quebra na cadeia produtiva desses componentes, o que resultou em escassez e inflação desses componentes.
- A análise da Estrutura de Custos do setor automobilístico, apresentada no Anuário do Sindipeças, reforça a perspectiva anteriormente mencionada. Segundo os números divulgados, é possível observar uma tendência de ampliação das despesas relacionadas às matérias-primas nos últimos anos. A Figura I ilustra de forma clara essa tendência, apontando para um cenário desafiador para o setor automobilístico.

Figura I - Estrutura de Custos - Sindipeças

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022*
 Mão de obra Labor	22,3%	23,0%	22,9%	19,3%	20,1%	21,0%	23,0%
 Matérias primas Raw materials	55,2%	52,4%	55,3%	61,9%	62,9%	63,4%	61,4%
 Outros custos Other costs	22,5%	24,6%	21,9%	18,8%	17,1%	15,6%	15,6%

Fonte: [Sindipeças](#)

- A posição anteriormente apresentada encontra respaldo em [estudo realizado pela FGV](#) (Fundação Getulio Vargas) que analisou o impacto da pandemia na indústria automobilística. Os resultados desse estudo revelaram uma série de desafios enfrentados pelo setor, incluindo problemas nas cadeias produtivas, escassez de insumos, aumentos nos custos de matérias-primas e energia.
- Convém mencionar que essa situação não é exclusiva do Brasil. De acordo com um [relatório do banco de investimentos J.P. Morgan](#), outros países também enfrentam desafios similares na indústria automobilística no pós-pandemia.
- A ausência de uma orientação estratégica para auxiliar o setor automotivo a enfrentar os desafios conjunturais resultou em um programa de baixa eficiência, populista, pouco sustentável e oneroso. A evidência do fracasso desse programa pode ser observada nos [comunicados recentes de paralisação de fábricas de automóveis no país](#).
- Sexto, fomentam a ideia de retomar programas onerosos de mesma natureza. [Lula anunciou recentemente](#) que pretende retomar políticas para baratear produtos da linha branca, como geladeira, fogões e eletrodomésticos. Em 2010, o programa de desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da Linha Branca custou o equivalente a R\$ 511 milhões aos cofres públicos, [segundo informado pela Receita Federal](#). Iniciativas como essa são difíceis de serem revertidas, dado o custo político da elevação dos impostos, e costumam ser renovadas sucessivamente.
- Por fim, é conveniente frisar que o programa também serviu de álibi para reversão da desoneração do diesel, sem enfrentar o desgaste político. Agradando as indústrias, a classe média e os caminhoneiros, o governo garantiu a reoneração e o aumento de arrecadação em [R\\$ 1,6 bilhões](#), em 2023, e [R\\$ 19,8 bilhões](#), em 2024.

- Salientamos que esse aumento de arrecadação também é uma contradição em relação ao discurso do governo no âmbito da reforma tributária e do arcabouço fiscal, segundo o qual haveria redução da carga tributária ou impacto zero na arrecadação. Todavia, em outras frentes, o governo está sim se esforçando para aumentar a carga tributária.

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



3 MST E CONAB: UMA COMBINAÇÃO PERIGOSA

Síntese:

- Lula indica associado do MST para presidência da CONAB.
- A nomeação descumpre requisitos estabelecidos no Estatuto da CONAB, que exige pós-graduação do presidente da entidade ou ainda experiência comprovada em cargos de mesma natureza.
- Em razão disso, o governo promoveu modificação no estatuto para legitimar a nomeação de João Edegar Preto.

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Contextualização

- A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é uma instituição de natureza pública que foi estabelecida em 1990, resultante da consolidação de três entidades distintas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). A criação da CONAB visou otimizar e unificar esforços para promover o abastecimento de alimentos no país.
- A missão primordial da entidade consiste na formulação e implementação de políticas públicas com o intuito de alcançar a regularidade no fornecimento de alimentos e a promoção da renda para os agricultores rurais.
- Atualmente, a CONAB ocupa a posição de maior companhia de abastecimento da América Latina, estabelecendo acordos de colaboração com diversos organismos internacionais, entre os quais se destaca a parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
- No escopo de suas atividades, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) abrange a implementação de duas políticas relacionadas ao enfrentamento da problemática da fome: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Análise

- João Edegar Pretto, candidato ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul nas eleições de 2022, foi indicado por Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a presidência da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
- Com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pretto, de 51 anos, possui uma trajetória política como membro do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo ocupado o cargo de Deputado Estadual no período de 2011 a 2022. Além disso, ele assumiu a presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul nos anos de 2017 e 2018.
- No entanto, é relevante destacar que o indivíduo nomeado não cumpria os critérios mínimos estabelecidos pelo estatuto da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para assumir o cargo de presidente, e o governo patrocinou alteração no estatuto visando conferir legitimidade à nomeação.
- No dia 23 de março de 2023, foi divulgada uma nova versão do Estatuto Social da entidade, contendo a modificação do [artigo 26 no estatuto](#), o qual inclui uma nova hipótese para o cumprimento dos requisitos mínimos para assunção dos cargos de direção (inciso III).



- A manobra do governo configura um claro comprometimento do mecanismo de governança estabelecido para assegurar a competência e a adequação dos indicados aos cargos de direção.
- Conforme relatado em [matéria veiculada pela revista Veja](#), mesmo antes da oficialização de sua nomeação, já era notável a influência de Edegar Pretto na administração da CONAB. [Desde o início de janeiro](#), há relatos de sua interação com diretores da estatal, participação em discussões sobre projetos e envolvimento em viagens oficiais em companhia de Paulo Teixeira, o ministro do Desenvolvimento Agrário.

CONTATO

EVAIR DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Observatório da Oposição

Senado Federal, Anexo II, Ala Filinto Muller, Cab. 6

(61) 3303 1221

